DOCUMENTO DA COMISSÃO POLÍTICA

# Sobre a crise e os meios de a vencer

23 MAIO 2010

***Este é um documento de trabalho, debatido em reunião alargada da Comissão Política do Bloco de Esquerda. O seu objectivo é promover o conhecimento detalhado das medidas que estão em curso e discutir a melhor forma de as combater.***

## PARTE I

### *Elementos de análise da crise e do risco de recessão ou depressão*

O *Wall Street Journal* revelou, a 26 de Fevereiro deste ano, alguns detalhes de um encontro em Nova Iorque entre representantes de alguns hedge funds, bancos de investimento e outras sociedades financeiras, em que pontificavam o fundo de George Soros e a Goldman Sachs. A economia da Grécia teria sido definida como o alvo mais vulnerável, segundo o jornal. Seja verdade factual ou simplesmente uma lenda conspirativa, o facto é que, nos finais do ano passado e depois sobretudo entre Março e Maio, os ataques especulativos que se multiplicaram contra o euro, a partir da dívida soberana da Grécia e depois de Portugal e da Espanha, foram sistemáticos e, sobretudo, foram bem sucedidos.

O processo de transferência de valor seguiu duas vias muito simples: (1) a pressão dos fundos especulativos que operam nos mercados financeiros, num contexto de subida acentuada dos défices públicos em resultado da crise, contribui para a subida dos juros, o que só acentua, num ciclo vicioso, o risco da dívida soberana, e (2) o próprio BCE financiou a 1% bancos comerciais, que depois compram títulos da dívida soberana a juros muito mais altos (da Grécia chegou a 10%, de Portugal chegou a 6%), embora os grandes bancos europeus tenham actualmente menos apetite pelos títulos da dívida. De uma forma ou de outra, o capital consegue rendas elevadas, sem risco significativo. Assim, as dívidas públicas tornaram-se o maior mercado financeiro global, ultrapassando as Bolsas como lugar de determinação dos rendimentos de capitais.

Esta transformação é muito importante e demonstra os riscos reais de uma globalização desvastadora. Como o Bloco de Esquerda tem analisado nas suas últimas Convenções, este processo de globalização financeira é também um processo de alargamento da exploração absoluta: os trabalhadores, além do trabalho não-pago, financiam ainda a acumulação de capital pelas transferências através

de impostos e pela diminuição do salário indirecto com a desagregação dos serviços públicos. O agravamento de impostos e redução imediata e mediata dos salários, para pagar os juros da dívida, é uma das formas dessas novas transferências.

Assim, a globalização entrou em crise com a recessão de 2007-9 e, desde então, sucederam-se duas fases distintas de reestruturação do capital financeiro:

> A Fase 1 da crise (2007 e 2008), que começa no Verão de 2007 e vai até ao colapso do banco norte-americano Lehman Brothers, desencadeou uma resposta imediata com a intervenção de Estados, refinanciando os bancos com activos tóxicos, nacionalizando alguns e protegendo outros. Com essa intervenção maciça evitou-se o efeito dominó de 1929. O BCE financiou bancos comerciais europeus para reestruturarem os seus activos. Os bancos europeus deixam de investir nos EUA e canalizam parte dos fundos para títulos de dívida dos países periféricos europeus.

> A Fase 2 (2010) é marcada pelo aumento dos défices públicos, em resultado da crise, e pelas consequentes acrescidas necessidades de financiamento. Os bancos europeus, num contexto em que aumenta a percepção do risco soberano e com os seus balanços só parcialmente recompostos, deixam de comprar dívida soberana da periferia com a mesma intensidade. Isto favoreceu o ataque especulativo em curso desde Janeiro de 2010.

Mas, ao mesmo tempo, estas sucessivas fases da crise da globalização financeira na Europa demonstraram a fragilidade do Euro. Existe o entendimento, sobretudo entre a burguesia alemã, de que, como moeda de referência para pagamentos internacionais e de reserva de valor, o euro exige uma disciplina monetária imposta a todos os países. Ora, dado que a forma predominante de financiamento das dívidas públicas é por via dos mercados financeiros, mesmo as economias mais fortes ficam sujeitas a condicionamentos: esses mercados especulativos influenciam a política do euro. Desta forma, estes países deixam de ter política cambial e monetária própria e as autoridades europeias são limitadas na determinação do curso do euro, pois dependem do sistema financeiro internacional. Assim sendo, todos os ajustamentos económicos têm que se fazer por via do trabalho (salários, emprego e impostos). Ou seja, a política da União Europeia não é recessiva por escolha dos administradores do BCE ou sequer pelos seus estatutos: é recessiva pela natureza da relação económica que representa e está estruturalmente à disposição da finança.

Acresce que, perante a crise da globalização, as próprias medidas que procuram assegurar os rendimentos do capital financeiro são recessivas. Com aumento de impostos e dos juros e com redução dos salários, reduz-se a procura interna (e a procura externa em termos agregados dada a replicação nacional destas políticas com escala europeia) e portanto as empresas produzirão e venderão menos, aumentando a capacidade produtiva instalada não utilizada e logo o desemprego. Todas estas medidas têm um efeito cumulativo, porque o consumo constitui 60 a 70% da procura interna e vai reduzir-se, ao mesmo tempo que a procura de bens de investimento também se reduz para níveis medíocres (cai 17% em Portugal do início de 2009 ao fim de 2010, segundo a previsão do BdP): todas medidas agravam a corrida para a recessão, seja pela redução dos rendimentos do trabalho, seja pela redução do investimento público e privado. O risco de aproximação de uma longa depressão com deflação é por isso bem real.

Por outro lado, a pressão para o aumento dos juros da dívida e a descida do *rating* dos bancos comerciais determina que o custo do crédito seja cada vez maior, e por isso será racionado. Os bancos portugueses estão já a quadruplicar o *spread* dos novos empréstimos e a reduzir o acesso. Essa contracção do crédito acentuará a recessão à escala europeia.

Temos por isso duas grandes consequências. A primeira é a forte tendência recessiva, ancorada nas políticas monetárias e fiscais, com a austeridade que procura garantir a transferência rápida de valor para os capitais especulativos. A segunda é ainda mais ameaçadora: estamos a voltar às condições de 1930, com mercados desregulados que resistiram às ligeiríssimas pressões para maior controlo público.

Enquanto a UE atira para 2014 as primeiras medidas efectivas de controlo dos movimentos de capitais para os offshores, estes continuam a ser protegidos pela generalidade dos governos: por exemplo, o governo português acabou de retirar as Ilhas Caimão da lista dos "maus" offshores, porque evidentemente são o entreposto para o dinheiro que circula a partir da Madeira. As práticas de acumulação gananciosa resistiram muito bem: o governo prometeu o fim de bónus nas empresas participadas, mas a proposta nem foi admitida à votação, dada a indignação dos accionistas e dos visados. E a banca portuguesa vangloria-se de continuar a pagar cerca de 10% de IRC. O financiamento público da banca, por via de avales e garantias que em 2008 e 2009 asseguraram o seu acesso aos mercados internacionais a juros baixos, nunca teve contrapartidas reais.

## GRANDES ESTRATÉGIAS EM CONFRONTO

Partamos então destes riscos recessivos e desta transferência de valor para o capital financeiro para podermos usar um critério rigoroso de avaliação das diversas estratégias possíveis que estão em conflito. São essencialmente três:

1. O euro como instrumento de preservação da financeirização colocada em risco pela actual crise
2. A desagregação do euro
3. A luta social como motor da reforma da arquitectura europeia para enfrentar o plano europeu de austeridade como mecanismo de transferência para o capital financeiro.

Vejamos estas estratégias uma por uma.

**1] O Euro disciplinado para sustentar a financeirização sem fim e o saque das economias europeias**

Esta é a estratégia do governo Merkel, que arrasta consigo a Comissão Europeia e, no caso do governos Sócrates, com o apoio do PSD e CDS: um Pacto de Estabilidade com sanções mais fortes, a intervenção directa da União (isto é, do governo alemão) no controlo dos orçamentos nacionais, o condicionamento de ajudas a medidas drásticas de desvalorização do salário e de aumentos de impostos, de cortes nas despesas e privatizações. Como nos anos 30, a redução do salário nominal é a solução imposta: são para já 5% em Espanha e 14% na Grécia, e são 5% em Portugal previstos até 2013, mais o efeito dos impostos (efeito imediato em Portugal de 2,5%).

De facto, a Grécia é meramente um pretexto, e é por isso que a atitude da Comissão e do Conselho são tão reveladoras da sua estratégia fundamental. A economia da Grécia representa 2,5% do PIB europeu e 3,8% da dívida total, e portanto pesa pouco. A coordenação de políticas europeias podia facilmente garantir uma resposta contra os especuladores, com medidas como as que o Bloco e uma parte das esquerdas europeias têm proposto. Mas essa resposta não ocorreu e, pelo contrário, o governo alemão e a Comissão estimularam a especulação. Depois, instituíram um mecanismo de coordenação que, agora, é o mais poderoso que a Europa já teve: o plano de 750 mil milhões com regras draconianas contra as economias (ver abaixo). A União Europeia procura assim salvar os sistemas financeiros: de 7 milhões de milhões de euros de dívida pública da zona euro, cerca de um terço está nos activos dos bancos. Esta é uma gigantesca operação de resgate do sistema financeiro, na Fase 2, porventura a maior da história do capitalismo.

Mas não é certo que este Plano Europeu seja uma resposta suficiente para a crise da zona euro, mesmo com a transferência de valor que assegura. De facto, esta política agrava estruturalmente os problemas destas economias, porque não se obtêm ganhos de competitividade por via da redução salarial. Por isso, a estabilidade do euro está sempre ameaçada: se as economias não crescem, todo o ajuste fiscal reduz a procura e portanto resulta em recessão; se há a curto ou médio prazo nova recessão, o risco da exclusão de alguns países do euro torna-se muito elevado.

A política recessiva e o saque que institui é uma grave ameaça ao movimento operário e popular. O Bloco de Esquerda tem como certo que a aplicação plena desta política representaria uma derrota muito profunda e um recuo para a luta social, em particular para o movimento sindical e para a esquerda política.

## BLOCO CONTRA O PLANO EUROPEU

O governo apresentará uma proposta de lei com o Plano europeu e o plano de austeridade num mesmo pacote. Neste caso, já não estamos a falar de qualquer empréstimo de emergência, mas sim das condições de um plano orçamental impondo medidas a toda a zona euro e, em particular, aos países do sul. Por outro lado, se no caso da Grécia votámos apenas a autorização de endividamento para o empréstimo, agora estão em debate medidas inaceitáveis, tanto pelas medidas de austeridade que aí se definem como pela intromissão na capacidade de cada Estado conduzir a sua política económica, mesmo nos já estreitos limites do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

## *O fundo europeu*

**O fundo de 750 mil milhões de euros inclui uma participação do FMI de um terço, imposta pela Alemanha, como condição para a sua viabilização. A posição da Alemanha teve com objectivo forçar a aceleração dos processos de ajustamento orçamental com medidas adicionais (o pacto PS-PSD em Portugal).**

Além disso, com a criação do Fundo são introduzidas alterações importantes na relação entre as instituições europeias e os Estados nacionais. A mais importante dessas alterações é a que estipula que uma maioria dos Ministros das Finanças possa alterar os orçamentos aprovados pelos parlamentos nacionais, e que existe um visto prévio dos projectos de Orçamento antes de serem discutidos nos parlamentos nacionais. Para além dessa alteração, a Alemanha está a pressionar os Estados-Membros para consagrarem constitucionalmente limites para o Défice e a Dívida Pública (já defendido em Portugal pelo PSD e CDS, e agora pelo ministro Luís Amado).

Não se julgue, porém, que as pressões da Alemanha resultam do seu menor interesse neste plano de intervenção. Pelo contrário, o Estado alemão não tem nenhuma vantagem numa situação de incumprimento que afectaria fortemente os seus próprios bancos (que reforçaram, a partir de 2007, os seus investimentos em dívida pública de países periféricos). Assim, o empréstimo à Grécia, este novo fundo e a decisão imposta ao BCE de comprar dívida pública nos mercados secundários, cumprem uma função muito importante de salvação da banca alemã (e francesa).

O Plano inclui três verbas. Em primeiro lugar, o Mecanismo de Auxílio Mútuo (60 mil milhões), financiado por empréstimos obrigacionistas a contrair pela Comissão Europeia. Criado para países não membros do Euro, é agora estendido aos países da zona euro, mas é duvidoso que tenha alguma realidade financeira. Em segundo lugar, uma verba de 440 mil milhões, com um veículo estruturado constituído a partir de contribuições dos Estados-Membros, proporcionais às suas participações no Banco Central Europeu. A contribuição do Estado português é de 1,75% (portanto cerca de 7,7 mil milhões, ou seja quase 5%do PIB). Finalmente, 250 mil milhões são financiamento do FMI, o que mostra a fragilidade da resposta europeia e o interesse dos EUA na estabilização monetária europeia.

**O Bloco de Esquerda vota contra este Plano Europeu e as suas condições. O Bloco apresentará um projecto de resolução em alternativa, rejeitando a submissão dos Orçamentos a visto prévio, propondo a solidariedade europeia com um sistema de empréstimo à taxa de juro da dívida soberana do país credor e a emissão de dívida europeia para financiar projectos para a criação de emprego e políticas sociais.**

**2] A desagregação do euro**

Alguns economistas de esquerda apresentam as seguintes alternativas: ou temos um "euro mau", que impõe a austeridade, ou um "euro bom", que dela nos protegeria, ou a saída do euro. E concluem que, sendo a primeira alternativa a pior, e a segunda requerendo uma difícil convergência política à escala europeia, restaria a terceira. Acontece, no entanto, que uma forma sinistra desta alternativa pode vir a ocorrer mais por força da imposição da Alemanha do que por vontade soberana dos povos, se uma nova recessão dificultar a disciplina orçamental na actual zona euro, com acréscimos de impostos e queda de salários. No entanto, a continuidade da actual arquitectura monetária europeia acentua as probabilidades de um cenário de desagregação da zona euro, mais não seja porque se perpetuam as assimetrias que deram origem a uma acumulação que agora se revela insustentável em défices e excedentes comerciais, sem que existam mecanismos viáveis para os atenuar.

Esses economistas comparam o risco da saída do euro com outros processos históricos de cessação de pagamento de dívidas externas. Houve de facto muitos casos de cessação, ou suspensão, ou reestruturação dos pagamentos da dívida externa, mas esses exemplos demonstram precisamente porque é que esta alternativa é tão difícil. No século XIX, quando da recessão e crise das bolsas em 1825, ocorreu uma forte queda dos preços das matérias-primas, arruinando as economias de países produtores, e alguns Estados da América do Sul, bem como o México, suspenderam os seus pagamentos durante trinta anos. Na década de 70 do mesmo século XIX repetiu-se esta situação. Claro que a interdependência económica era muito distinta da actual, e era maior a protecção de cada uma das economias que cessava pagamentos. Apesar disso, houve casos em que os credores responderam com a guerra: a ocupação militar do Canal de Suez nos finais século XIX, o ataque à Venezuela em 1902-3 e a acção militar dos credores contra a Nicarágua em 1909. As economias mais poderosas utilizaram outros recursos para reestruturar as suas dívidas externas: Keynes cita os casos da Bélgica, Alemanha, França e Itália, que fizeram empréstimos na sua própria moeda e a desvalorizaram depois, prejudicando assim os credores, o que aconteceu também com os EUA e o Reino Unido. Noutros casos, a negociação permitiu desvalorizar a dívida: em 1953, a República Federal da Alemanha conseguiu um desconto de mais de metade na sua dívida externa, com novas condições (entre elas, o serviço da dívida não podia ser mais do que 5% das exportações). Na mesma década, a Áustria e a Grécia renegociaram as suas dívidas. Em 1971, a Indonésia fez um acordo semelhante. E, recentemente, uma das primeiras vitórias políticas do Bloco foi impor no parlamento ao governo Guterres a anulação de grande parte da dívida de Moçambique. Mas em todos os casos as economias dominantes permitiram ou favoreceram esses acordos.

O exemplo mais recente é o da Argentina, que conseguiu reestruturar parte da sua dívida, mas que sofreu um ajuste brutal com a desvalorização da moeda e portanto também dos rendimentos internos, a começar pelos salários. A economia argentina recuperou mais recentemente, depois de um doloroso processo de ajustamento.

Vejamos a esta luz o caso da Grécia. Se a Grécia saísse do euro em resposta às pressões da União Europeia, deveria desvalorizar imediatamente a sua nova moeda, e de modo muito importante. Mesmo que nacionalizasse os bancos e controlasse os fluxos de capitais para o estrangeiro, como teria que fazer para poder proceder à transição com

## UMA DIFERENÇA COM O PCP

O PCP, nas páginas do "Avante!", critica o Bloco por não ter recusado a lei do primeiro empréstimo de emergência à Grécia. De facto, aprovámo-lo, sabendo que nessa lei portuguesa não se impunha nenhuma condição à Grécia e que assim não contribuímos para o defaulta do Estado grego, que cessaria os seus pagamentos, incluindo dos salários.

Mas a divergência com o PCP é mais profunda: o voto do PCP é determinado pelo apoio ao KKE, que na Grécia defende desde sempre a saída do euro e da União Europeia. Ora, o PCP, que nunca propôs nem propõe essa solução, coloca-se numa posição estranha: vota para que o Estado português ajude a impor a saída da Grécia do euro, mas não quer que o mesmo aconteça no nosso caso.

Este é um debate irrelevante. A opção que se discute em Portugal, entre os partidos de esquerda, não é a saída do euro, mas sim a criação de alternativas para políticas de criação de emprego e de decisão democrática contra a especulação financeira, a partir da recusa do plano de austeridade europeu.

menores custos, sofreria dois impactos recessivos cumulativos: primeiro, desvalorização com aumento do custo das importações, com a consequente perda de capacidade de compra dos salários; depois, novo agravamento do défice pela queda de receitas fiscais. Na medida da fragilidade dos sectores produtivos e exportadores da economia grega, a resposta ao seu grande défice da balança corrente seria provavelmente mais austeridade. Só uma economia que exporta muito pode beneficiar imediatamente da desvalorização (a Grécia "importa" turismo, que representa 20% do seu PIB, mas a imagem de instabilidade poderia comprometer parte dessas receitas). É por tudo isto que a escolha política é tão determinante: os sectores dominantes da burguesia grega vão procurar a todo o custo manter-se no euro.

A GRÉCIA TEM SIDO PALCO DE FORTE RESPOSTA SOCIAL

**A ideia de uma aliança do movimento popular com a burguesia grega para a saída do euro e uma solução "nacional" é irrealizável e prejudicial. A interdependência económica determina uma integração crescente das burguesias nacionais (sobretudo os sectores ligados à finança e ao comércio externo) e transnacionais e, por isso, a burguesia grega não fará mais do que agarrar-se ao euro e tentar impor a austeridade ao seu povo. A esquerda tem que disputar em primeiro lugar as alternativas nacionais que são europeias.**

O risco está ainda noutro lado: quem pode querer impor uma fuga em frente - com a exclusão de alguns países do euro, ou um euro a duas velocidades (que significaria o mesmo) - é a Alemanha, se as circunstâncias levarem Merkel a preferir os custos da crise aos custos da sustentação da moeda única. E isso seria péssima notícia para os trabalhadores.

**3] Enfrentar o Plano europeu de austeridade para defender o salário e emprego**

Existe um terceiro campo de alternativas, que assenta numa estratégia de interligação de lutas europeias concentrada em políticas económicas e sociais para o emprego e na abertura de espaço para políticas nacionais contra a globalização.

Essa estratégia exige duas clarificações, que vão no sentido da política que o Bloco sempre tem defendido. A primeira é que não temos qualquer confiança nas políticas e nas instituições que dirigem a União, nem qualquer expectativa na sua reforma ou na sua capacidade de enfrentar a crise: como se escreveu atrás, estas instituições são promotoras da crise e da transferência de valor do trabalho para o capital. Só a mobilização pode travar a actual ofensiva contra o mundo do Trabalho. Sem a refundação da Europa como um pacto para o emprego, substituindo estas regras e estas instituições do PEC e do Tratado de Lisboa, não haverá política europeia para responder à crise e haverá sempre políticas europeias para agravar a crise. Sem esta alternativa, a política europeia será incapaz de responder à crise e multiplicará as políticas que a vêm agravando.

A segunda clarificação decorre desta: a nossa defesa da dimensão europeia da luta social e política que define a esquerda é contraditória com a globalização realmente existente – somos europeístas contra a globalização financeira, porque só vencendo a globalização financeira podem ser impostos os direitos do trabalho e pode ser combatida a forma actual da exploração.

Assim, o Bloco deve reforçar o combate contra as instituições e as políticas da União Europeia quanto à resposta a esta recessão e quanto às novas medidas de austeridade. E, nas medidas concretas, diferenciamos os campos em que queremos que haja solidariedade e políticas comuns europeias, e os campos em que queremos que haja mais liberdade de decisão nacional para proteger a criação de emprego e encontrar soluções viáveis para as economias em maior dificuldades.

**O Bloco tem promovido ou apoiado várias iniciativas de cooperação com partidos das esquerdas da Grécia, de Espanha e de outros países, através de comícios conjuntos (Atenas, Madrid) e acções de solidariedade com a Grécia. Essas iniciativas vão ser alargadas, com uma semana europeia de solidariedade com os trabalhadores da Grécia (em que se realizará um comício em Lisboa, com o Synaspismos) e depois com um comício em Berlim, em Junho. O Bloco colaborará com as distintas iniciativas e propostas que reforcem a solidariedade com os trabalhadores gregos e que combatam a imposição das condições dos mercados especulativos.**

Esta é a política que responde à crise com uma perspectiva europeia. Mas não temos ilusões sobre as relações de forças: não existe nenhum governo que defenda tal perspectiva, e as conver-

# O plano de austeridade do PS e do PSD

**DO LADO DA RECEITA:**

> **Aumento do IRS**: +1% para os rendimentos superiores ao salário mínimo, +1,5% para os rendimentos superiores a cinco salários mínimos, +1,5% para as taxas liberatórias. Este aumento, para além de praticamente não conter progressividade (o que significa que a taxa aumenta mais em termos relativos para os escalões mais baixos), contém uma penalização igual ou superior aos rendimentos do trabalho em relação aos rendimentos de capitais tributados em IRS.

> **Aumento de 1% do IVA:** também aqui, o aumento da taxa reduzida é mais significativo em termos relativos e tem um impacto social muito maior.

> **Aumento do IRC: +2,5% da taxa** legal para grandes empresas e banca. A medida é positiva mas convém ter em conta que falamos de taxas legais.

As medidas fiscais são aquelas em que o governo tem assentado a ideia de que os sacrifícios são distribuídos igualmente por todos. Esta é a ideia que é mais importante contestar porque reside numa tripla falácia. Em primeiro lugar, os rendimentos do trabalho vão ser penalizados duas vezes, através do aumento nas taxas de IRS mas também dos aumentos do IVA. Depois, o aumento da taxa de IRC é corroído pela relação entre taxas legais e taxas efectivas, nomeadamente no sector da banca. Finalmente, a justiça fiscal implica concentrar a obtenção de receita onde os rendimentos são maiores, deixando de fora aqueles que já suportaram outras medidas de austeridade no passado presente e longínquo.

**DO LADO DA DESPESA:**

> **Redução de 150 milhões nas indemnizações compensatórias para as empresas públicas –** trata-se ou de uma desorçamentação da dívida, passando-se défice para as contas das empresas públicas e aumentando os custos dos transportes, como já foi anunciado.

> **Corte de 100 milhões nas transferências para as autarquias.** Aqui trata-se de um corte efectivo imediato.

> **5% de corte nos salários de políticos e gestores públicos,** mas a medida não abrange gestores de empresas privadas, incluindo as participadas pelo Estado. Não está prevista nenhuma medida de tributação extraordinária desses rendimentos.

> **Congelamento das admissões na Função Pública** e generalização da regra de 1 entrada para 2 saídas (ou mais). O que significa condenar alguns serviços públicos à desagregação.

## O PACOTE RECESSIVO NO SEU CONJUNTO: PEC 1 E PEC 2

Estas medidas e aquelas que já constavam do PEC 1 (privatizações, congelamento de salários, etc.), aliadas aos recuos na política de investimento público, constituem o mais forte pacote recessivo a que temos assistido nas últimas décadas. De acordo com o INE, a procura privada interna foi o factor mais relevante nos tímidos sinais de retoma que se registaram no primeiro trimestre de 2010, e será a primeira a ser afectada. Em contrapartida, os resultados líquidos que a banca mantém, mesmo em tempo de crise, são totalmente inúteis para a recuperação da economia. A banca mantém uma política usurária no crédito ao consumo e ao investimento, ou seja, é uma parte do problema da recessão.

Assim, se a política de elevação da tributação da banca sempre fez sentido, essa política tem hoje uma pertinência particular porque é a única forma de mobilizar recursos que, em caso contrário, são totalmente inúteis do ponto de vista da dinamização da economia.

## HAVERÁ PEC 3, E BEM DEPRESSA

É por isso que este programa de austeridade, apesar do seu radicalismo, não será ainda o fim da linha. O agravamento da recessão terá impactos do ponto de vista do crescimento, criação de emprego, receita fiscal, despesa com prestações sociais e ajustamento orçamental. Não é de prever que o ciclo vicioso termine por aqui. Aliás, o argumento do Governo - "todos estão a fazer sacrifícios" - é falso. Se o plano de austeridade e as suas consequências nos rendimentos e direitos do trabalho apostam num crescimento movido a exportações, como tem afirmado o Governo, a aplicação de programas semelhantes por essa Europa fora deixa a economia portuguesa sem grande parte dos seus mercados de exportação. A crise é um ciclo vicioso.

Por isso, a estagnação da economia portuguesa determinará a incapacidade de sustentar o pagamento agravado da dívida, e levará o governo a novos aumentos de impostos ou novas reduções dos salários. No prazo político de que ainda dispõe, que é o do Orçamento para 2011, o governo trará um PEC 3 agravado.

gências entre a social-democracia e o liberalismo são estruturais, mesmo que alguns partidos por vezes delas se diferenciam (o SPD alemão não aprovou o Plano Europeu da senhora Merkel … e de Sócrates ou Zapatero). Não haverá aliança de governos do Sul da Europa para reformar o euro.

Devemos por isso sublinhar a importância de outras dimensões do combate à globalização financeira, nomeadamente de meios de acção que permitem escolhas económicas para a criação de emprego. Com a actual arquitectura monetária europeia, a competição económica tem sido organizada em torno do esfarelamento dos direitos laborais, que facilita a quebra da relação entre a evolução do salário real e a produtividade. Nesta corrida para o fundo, a Alemanha, precisamente a economia mais forte, tem sido "bem sucedida", graças à compressão salarial.

A primeira e principal é a defesa e extensão do contrato de trabalho. A contratualização do trabalho, determinando um salário independente da conjuntura financeira imediata e da especulação, e ainda a instituição da protecção social, tem não só um efeito redistribuidor da riqueza como nenhuma outra política jamais alcançou, como tem ainda o efeito de estabilizador automático da economia no seu todo, por via da sustentação da procura. O contrato de trabalho, o salário, a redução da precariedade e a defesa da segurança social devem ser os pontos fulcrais da acção económica de uma estratégia alternativa com viabilidade. De facto, a flexibilização do trabalho, essa "demolição metódica da relação salarial fordista" como lhe chama Frederic Lordon, acentua a mercadorização do trabalho, ao passo que o contrato a combate.

A segunda é a defesa de políticas fiscais autónomas. O aumento das receitas fiscais é a única resposta possível à bola de neve da dívida e, portanto, aos mercados financeiros. E é uma questão essencial de democracia económica contra uma das formas mais violentas de acumulação, a via da evasão ou dos benefícios fiscais.

A terceira é uma estratégia de di-

ferenciação entre dois sectores da economia: o primeiro, promovido por uma política de industrialização que exporte, e portanto defenda a economia das pressões externas melhorando a balança comercial, e o segundo, um sector protegido de serviços públicos de qualidade, desmercadorizando a produção de bens comuns, e que constitui a única possibilidade sustentada de criar emprego.

A quarta é a regulação europeia dos mercados financeiros (taxação das transacções financeiras, aumento do peso da banca pública e controlo de capitais para fazer face a ataques especulativos) e alteração do papel do BCE, que deveria guiar a sua política monetária pela criação de emprego.

# PARTE II

## *Elementos de resposta política do Bloco*

São dois os nossos focos de atenção e de resposta, sendo o segundo desproporcionadamente mais importante para a agitação e para a mobilização.

**1. Uma resposta europeia consistente contra a nova recessão.**

No plano europeu e com o quadro anteriormente apresentado, insistimos nas seguintes propostas:

> Um sistema de emissão de dívida europeia, de que uma parte pudesse ser trocada por 10 ou 15% dos títulos das dívidas nacionais. A admissão, em desespero, da possibilidade de compra de dívida pública pelo BCE, bem como a admissão da possibilidade de um empréstimo obrigacionista, demonstra como esta proposta é correcta. Desta forma, os Estados manteriam a sua responsabilidade sobre a sua dívida, mas esta seria paga aos juros mais vantajosos e em condições negociadas, vencendo a chantagem dos mercados financeiros.

> Contra o congelamento dos orçamentos comunitários, exigido pelos grandes da Europa, a esquerda deve defender o seu reforço substancial, orientando-o para políticas de coesão social em escala europeia. A exigência de uma componente europeia de segurança social, complementar dos sistemas nacionais, e a criação de um fundo permanente de apoio aos trabalhadores vítimas de despedimentos colectivos, são as propostas que podem dar corpo e expressão concreta a esta viragem.

> Contra a liberdade de circulação de capitais, defendemos ainda o controlo do sistema financeiro e medidas de força contra a especulação e os offshores, que devem ser interditados.

> Imposição de uma taxa sobre transacções financeiras: uma taxa de 0,1% sobre transacções financeiras representaria receitas de 920 mil milhões de euros, mais do que o total do plano europeu. E com justiça.

**2. Nunca perder de vista que o inimigo também está no nosso próprio país.**

A política baseia-se sempre numa estratégia e na visão clara da relação de forças. Por isso, partimos de uma constatação: se é indispensável esta dimensão europeia da recusa do plano de austeridade e de apresentação de alternativas consistentes, a força do Bloco deve estar concentrada no movimento de resposta e contestação que determine a relação de forças, a partir de uma situação inicial desfavorável, para todas as soluções que estejam em disputa.

Desse modo, tornamos claro que o inimigo também está no nosso próprio

país, que não transigimos com alianças comprometidas que desarticulam a capacidade de combate dos trabalhadores à espera de uma burguesia nacional que, de facto, é parte integrante da especulação financeira contra a economia nacional e portanto contra o salário e o emprego. Respondemos por isso ao PEC 1 e 2 – e ao PEC 3 que vem a caminho – com uma política socialista que procura influenciar a massa dos trabalhadores e a opinião pública.

## VENCER A IDEOLOGIA DO "SACRIFÍCIO"

Em conclusão, sublinhamos três orientações fundamentais.

**A primeira é disputar a opinião pública**, para evitar o isolamento da luta dos trabalhadores. O que está em causa é vencer a estratégia do medo, que levaria à aceitação de todos os "sacrifícios" em nome do risco internacional – essa é a propaganda do PS e do PSD. Se esta ideologia do sacrifício vencer, o movimento dos trabalhadores é derrotado neste confronto.

Assim, o Bloco reforça a sua agitação sobre os prémios milionários, os bónus de favor, a acumulação da burguesia ascendente e dos boys, porque é a melhor forma de combater a ideologia do sacrifício. Damos tudo por tudo na denúncia das transferências de rendimentos para a especulação e para a ganância e fazêmo-lo com casos e nomes. Os militantes devem estar conscientes de que o aprofundamento dos argumentos, dos exemplos e dos números do saque à economia portuguesa, são o melhor serviço que a agitação popular pode fazer contra a austeridade.

**A segunda orientação é a apresentação de medidas concretas e consistentes,** como as "15 medidas alternativas ao PEC", ou as nossas propostas orçamentais. Assim, insistiremos nas seguintes propostas:

1. Pacote financeiro: taxa efectiva de 25% de IRC para a banca, imposto de 75% sobre bónus especiais; taxação das transferências para a Madeira e outros offshores.

2. Medidas para limitar o endividamento: o plano de reabilitação urbana corta a relação umbilical entre os bancos e especulação imobiliária, aumenta o valor real do salário e das pensões, reconstrói a relação de vida nas cidades, cria emprego.

3. Ainda para limitar o endividamento e relançar a poupança interna, o banco público devia enfrentar as respostas especulativas dos bancos comerciais: este é o momento de a CGD desferir um golpe duro na banca comercial, ganhando partes de mercado com juros não especulativos.

4. Ao mesmo tempo, o Estado devia atacar a banca comercial com o estímulo à poupança, promovendo um empréstimo interno com o relançamento dos certificados de aforro, em condições melhores do que os depósitos a prazo propostos pelos bancos privados.

5. São necessárias medidas em relação aos mercados financeiros, como o controlo de movimentos internacionais de capitais.

6. Retomamos a proposta do Imposto sobre as Grandes Fortunas, para financiar a segurança social.

7. Finalmente, o investimento público deve ser defendido e qualificado, com prioridades claras. O Bloco propõe a prioridade da reabilitação urbana, com os seus efeitos na redução do endividamento, na criação de emprego e na redução de custos da habitação. Ao mesmo tempo, temos recusado e recusamos qualquer recuo nos investimentos previstos que criem emprego e sublinhamos que a ofensiva ideológica contra o investimento público é uma das frentes principais dos ataques da direita.

**A terceira orientação insiste na acumulação de forças para a luta generalizada.** As dificuldades das últimas greves são notórias, mas a resposta política da manifestação de 29 de Maio pode e deve criar um novo contexto para o confronto com os pacotes de austeridade. A unificação da luta com a perspectiva de uma greve geral, a ser convocada pelos sindicatos no tempo da mobilização social mais forte, é por isso o caminho que deve ser seguido. Uma greve forte implica um movimento de base, a criação de confiança, a multiplicação de forças. Nesse contexto, o Bloco escolherá no seu tempo próprio as formas de confronto com o governo, seja através de uma moção de censura ou da exigência de uma moção de confiança, e da apresentação de propostas alternativas que confrontem os partidos, o PS e a sua aliança com o PSD e mesmo com o CDS, com as promessas eleitorais e com a crise social que a sua governação está a provocar.

Em toda esta intervenção, sabemos sempre distinguir entre as batalhas de trincheira e as batalhas de movimento. De trincheira são os debates acerca da protecção social aos pobres, aos desempregados, e a qualificação do investimento público: respondemos com propostas, com informação, com debate, enfrentamos os preconceitos e os avanços das ideologias reaccionárias. Mas batalhas de movimento e de contra-ataque é a informação acerca das desigualdade, dos bónus, da acumulação de fortunas, da exploração do trabalhador, da especulação financeira, da forma como os bancos enriquecem com a especulação contra a economia portuguesa. Em todos esses terrenos, queremos criar agenda política, determinar o debate nacional, tomar a ofensiva, propor medidas que ganhem apoio social, fazer maiorias no país, isolar os partidos de direita e o governo, enfraquecer as medidas de austeridade, fazer crescer a força da esquerda.

Não descuramos por isso, também, a resposta ao pilar da "cooperação estratégica" que é o Presidente: a nossa apresentação do projecto das uniões de facto, vetado por Cavaco Silva e que deve agora ser imposto pelo parlamento, sublinha como as correntes ideológicas mais reaccionárias desprezam os direitos das pessoas e a necessidade de uma política de democracia que inclui todos os direitos. O debate presidencial deve sublinhar essas diferenças e a sua força depende da apresentação de uma visão alternativa ao situacionismo económico, com propostas contra a ditadura dos mercados financeiros e da austeridade e em defesa do trabalho, do salário, do emprego e dos serviços públicos.